



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA**

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS  
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**

EDITAL N.º 21/2019 - UFRA, DE 29 DE MAIO DE 2019

**NÍVEL E**

**ENGENHEIRO – ÁREA: ENGENHARIA AGRÍCOLA**

**08 de setembro de 2019**

**Nome:** \_\_\_\_\_ **Nº de Inscrição:** \_\_\_\_\_

**BOLETIM DE QUESTÕES**

**LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTE.**

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 45 QUESTÕES OBJETIVAS, sendo 10 de Língua Portuguesa, 10 de Legislação, e 25 de Conhecimentos Específicos. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras **(A), (B), (C), (D)** e **(E)**, das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA.
- 3 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 4 Após a conferência, assine seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 5 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul.**
- 6 O CARTÃO-RESPOSTA não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou danificado de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O Cartão-Resposta somente será substituído caso contenha falha de impressão e/ou se os dados contidos no cartão não corresponderem aos seus.
- 7 O CARTÃO-RESPOSTA será o único documento considerado para a correção das provas objetivas.
- 8 O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização da prova por, **no mínimo, 2 (duas) horas** após o início da prova.
- 9 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no item 2 acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação.
- 10 O tempo disponível para a prova é de **quatro horas, com início às 08h e término às 12h**, observado o horário de Belém-PA. O candidato na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito 1 (uma) hora além do tempo determinado para a prova.
- 11 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.

MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 45.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia atentamente o texto a seguir para responder às questões de 1 a 10.

União deve protocolar recurso para garantir contingenciamento na educação

Após a Justiça derrubar de forma cautelar o contingenciamento de verbas em unidades de ensino, União deve protocolar recurso amanhã no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), a segunda instância no caso, para garantir cortes

01 A Advocacia-Geral da União (AGU) está preparando um recurso para derrubar a  
02 decisão da juíza federal Renata Almeida de Moura Isaac, que suspendeu os bloqueios  
03 orçamentários realizados pelo Ministério da Educação (MEC) sobre as verbas destinadas  
04 às universidades federais e ao Instituto Federal do Acre. A defesa deve ser protocolada  
05 amanhã no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), que funciona como segunda  
06 instância no caso.

07 Em sua decisão cautelar (provisória), a juíza federal da Bahia acolheu uma série  
08 de ações populares que foram apresentadas contra o Ministério da Educação. A magistrada  
09 analisou um total de oito ações, uma delas movida pela chapa Aliança pela Liberdade, que  
10 comanda o Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Brasília (UnB).

11 Ela apontou para os riscos de paralisação das atividades das instituições de ensino,  
12 o que, na sua visão, “implicará em ofensa ao princípio da vedação ao retrocesso social”. O  
13 descumprimento poderá ser alvo de multa de R\$ 100 mil. Os bloqueios orçamentários foram  
14 definidos pelo Ministério da Economia, em revisão das estimativas de receitas. “A AGU  
15 ainda não foi intimada, mas já prepara recurso”, informou o órgão. Para a juíza, embora  
16 seja possível que o gestor público imponha limites para obedecer às leis orçamentárias,  
17 “estes limites não devem permitir a inobservância de preceitos constitucionais, tais como o  
18 direito social à educação e a obrigação da União de financiar as instituições de ensino  
19 federais”.

20  
21 Obrigações

22  
23 Renata Almeida enfatizou que o ministro da Educação, Abraham Weintraub,  
24 classificou as universidades como promovedoras de “balbúrdia” em seus campi. Ele focou  
25 as críticas em três unidades de ensino: a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade  
26 Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA).

27 “Não há necessidade de maiores digressões para concluir que as justificativas  
28 apresentadas não se afiguram legítimas para fins de bloqueio das verbas originariamente  
29 destinadas à UnB, UFF e UFBA, três das maiores e melhores universidades do país,  
30 notoriamente bem conceituadas, não apenas no ensino de graduação, mas também na  
31 extensão e na produção de pesquisas científicas”, observou a magistrada.

32 Em conclusão, a juíza defendeu que é preciso a liberação dos recursos para que  
33 as instituições não “se sujeitem ao risco de não cumprir obrigações contratuais”. Renata  
34 Almeida apontou que o contingenciamento afeta serviços básicos e imprescindíveis à  
35 continuidade da atividade acadêmica, como custos de energia, água, vigilância, limpeza e  
36 manutenção. “A União estará se eximindo de obrigações expressamente consignadas no  
37 texto constitucional”, concluiu a magistrada.

Disponível em [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/estudante/ensino\\_ensinosuperior/2019/06/09/ensino\\_ensinosuperior\\_interna.761361/uniao-deve-protocolar-recurso-para-garantir-contingenciamento-na-educa.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/estudante/ensino_ensinosuperior/2019/06/09/ensino_ensinosuperior_interna.761361/uniao-deve-protocolar-recurso-para-garantir-contingenciamento-na-educa.shtml)

Acessado em 9/06/2019

Texto adaptado

- 1 Segundo a juíza Renata Almeida, o contingenciamento imposto pelo MEC às universidades poderá gerar
- (A) mudanças em estimativas de receita.
  - (B) recurso por parte da AGU.
  - (C) recuo no desenvolvimento social.
  - (D) desrespeito a leis orçamentárias.
  - (E) desordem na comunidade acadêmica.

- 2 Na opinião da juíza, antes de impor limites orçamentários, o Ministério da Educação deve observar
- (A) a qualidade das universidades federais.
  - (B) o risco de paralisação das atividades.
  - (C) o cumprimento de serviços básicos.
  - (D) os preceitos que constam da Constituição.
  - (E) a defesa de obrigações contratuais.
- 3 Do trecho *“Não há necessidade de maiores digressões para concluir que as justificativas apresentadas não se afiguram legítimas para fins de bloqueio das verbas originariamente destinadas à UnB, UFF e UFBA, três das maiores e melhores universidades do país, notoriamente bem conceituadas, não apenas no ensino de graduação, mas também na extensão e na produção de pesquisas científicas”* (linhas 27 a 31), compreende-se que
- (A) o ministro da educação errou ao classificar como “balbúrdia” eventos estudantis.
  - (B) os motivos apresentados pelo MEC não justificam o bloqueio das verbas.
  - (C) a previsão orçamentária para a UnB, a UFF e a UFBA foi equivocada.
  - (D) a UnB, a UFF e a UFBA são instituições de notória superioridade.
  - (E) o MEC deve considerar a diversidade das atividades das universidades.
- 4 De acordo com o texto **União deve protocolar recurso para garantir contingenciamento na educação**, a desobediência à decisão da juíza será punida com o(a)
- (A) não realização de serviços.
  - (B) paralisação das atividades.
  - (C) retratação do ministro.
  - (D) pagamento de multa.
  - (E) intimação da AGU.
- 5 Uma regra de regência foi desobedecida em
- (A) *A defesa deve ser protocolada amanhã no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), que funciona como segunda instância no caso* (linhas 4 a 6).
  - (B) *Ela apontou para os riscos de paralisação das atividades das instituições de ensino, o que, na sua visão, “implicará em ofensa ao princípio da vedação ao retrocesso social”* (linhas 11 e 12).
  - (C) *Renata Almeida enfatizou que o ministro da Educação, Abraham Weintraub, classificou as universidades como promovedoras de “balbúrdia” em seus campi* (linhas 23 e 24).
  - (D) *Em conclusão, a juíza defendeu que é preciso a liberação dos recursos para que as instituições não “se sujeitem ao risco de não cumprir obrigações contratuais”* (linhas 32 e 33).
  - (E) *“A União estará se eximindo de obrigações expressamente consignadas no texto constitucional”, concluiu a magistrada* (linhas 36 e 37).
- 6 No trecho *Em sua decisão cautelar (provisória), a juíza federal da Bahia acolheu uma série de ações populares que foram apresentadas contra o Ministério da Educação* (linhas 7 e 8), a palavra grifada é sinônimo de
- (A) *recolheu.*
  - (B) *recebeu.*
  - (C) *aprovou.*
  - (D) *acatou.*
  - (E) *adotou.*

7 As aspas indicam ironia em

- (A) *Ela apontou para os riscos de paralisação das atividades das instituições de ensino, o que, na sua visão, “implicará em ofensa ao princípio da vedação ao retrocesso social”* (linhas 11 e 12).
- (B) *“A AGU ainda não foi intimada, mas já prepara recurso”, informou o órgão* (linhas 15 e 16).
- (C) *Renata Almeida enfatizou que o ministro da Educação, Abraham Weintraub, classificou as universidades como promovedoras de “balbúrdia” em seus campi* (linhas 23 e 24).
- (D) *Em conclusão, a juíza defendeu que é preciso a liberação dos recursos para que as instituições não “se sujeitem ao risco de não cumprir obrigações contratuais”* (linhas 32 e 33).
- (E) *“A União estará se eximindo de obrigações expressamente consignadas no texto constitucional”, concluiu a magistrada* (linhas 36 e 37).

8 Uma palavra foi empregada em sentido conotativo em

- (A) *A Advocacia-Geral da União (AGU) está preparando um recurso para derrubar a decisão da juíza federal Renata Almeida de Moura Isaac, que suspendeu os bloqueios orçamentários realizados pelo Ministério da Educação (MEC) sobre as verbas destinadas às universidades federais e ao Instituto Federal do Acre* (linhas 1 a 4).
- (B) *A magistrada analisou um total de oito ações, uma delas movida pela chapa Aliança pela Liberdade, que comanda o Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Brasília (UnB)* (linhas 8 a 10).
- (C) *Para a juíza, embora seja possível que o gestor público imponha limites para obedecer às leis orçamentárias, “estes limites não devem permitir a inobservância de preceitos constitucionais, tais como o direito social à educação e a obrigação da União de financiar as instituições de ensino federais”* (linhas 16 a 19).
- (D) *“Não há necessidade de maiores digressões para concluir que as justificativas apresentadas não se afiguram legítimas para fins de bloqueio das verbas originariamente destinadas à UnB, UFF e UFBA, três das maiores e melhores universidades do país, notoriamente bem conceituadas, não apenas no ensino de graduação, mas também na extensão e na produção de pesquisas científicas”, observou a magistrada* (linhas 27 a 31).
- (E) *Renata Almeida apontou que o contingenciamento afeta serviços básicos e imprescindíveis à continuidade da atividade acadêmica, como custos de energia, água, vigilância, limpeza e manutenção* (linhas 33 a 36).

9 Em Renata Almeida enfatizou que o ministro da Educação, Abraham Weintraub, classificou as universidades como promovedoras de “balbúrdia” em seus campi. Ele focou as críticas em três unidades de ensino: a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA) (linhas 23 a 26), os dois períodos poderiam ser ligados pelo conector

- (A) *porque.*
- (B) *mas.*
- (C) *e.*
- (D) *pois.*
- (E) *no entanto.*

10 O referente do elemento grifado está corretamente indicado em

- (A) *A Advocacia-Geral da União (AGU) está preparando um recurso para derrubar a decisão da juíza federal Renata Almeida de Moura Isaac, que suspendeu os bloqueios orçamentários realizados pelo Ministério da Educação (MEC) sobre as verbas destinadas às universidades federais e ao Instituto Federal do Acre* (linhas 1 a 4) → Advocacia Geral da União.
- (B) *Ela apontou para os riscos de paralisação das atividades das instituições de ensino, o que, na sua visão, “implicará em ofensa ao princípio da vedação ao retrocesso social”* (linhas 11 e 12) → Advocacia Geral da União.
- (C) *Ela apontou para os riscos de paralisação das atividades das instituições de ensino, o que, na sua visão, “implicará em ofensa ao princípio da vedação ao retrocesso social”* (linhas 11 e 12) → magistrada.
- (D) *Renata Almeida enfatizou que o ministro da Educação, Abraham Weintraub, classificou as universidades como promovedoras de “balbúrdia” em seus campi* (linhas 23 e 24) → Abraham Weintraub.
- (E) *Ele focou as críticas em três unidades de ensino: a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA)* (linhas 24 a 26) → Ministério da Educação.

LEGISLAÇÃO

- 11 Estabelece a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, que, além da exoneração, a vacância do cargo público dar-se-á por
- (A) I – demissão; II – promoção; III – readaptação; IV – aposentadoria; V – posse em outro cargo inacumulável; e VI – falecimento.
  - (B) I – demissão; II – readaptação; III – aposentadoria; IV – posse em outro cargo inacumulável; e V – falecimento.
  - (C) I – demissão; II – promoção; III – readaptação; IV – posse em outro cargo inacumulável; e V – falecimento.
  - (D) I – demissão; II – promoção; III – readaptação; IV – aposentadoria; e V – falecimento.
  - (E) I – demissão; II – promoção; III – readaptação; IV – aposentadoria; e V – posse em outro cargo inacumulável.
- 12 De acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, considera-se remoção o deslocamento do servidor
- (A) a pedido, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.
  - (B) de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.
  - (C) a pedido ou de ofício, não obrigatoriamente no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.
  - (D) a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.
  - (E) a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com mudança de sede, exclusivamente.
- 13 De acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, além da licença por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro e para tratar de interesse particulares, outras também poderão ser concedidas ao servidor, tais como
- (A) I – por motivo de doença em pessoa da família; II – para atividade política; III – para capacitação; e IV – para desempenho de mandato classista.
  - (B) I – por motivo de doença em pessoa da família; II – para o serviço militar; III – para capacitação; e IV – para desempenho de mandato classista.
  - (C) I – por motivo de doença em pessoa da família; II – para o serviço militar; III – para atividade política; IV – para capacitação; e V – para desempenho de mandato classista.
  - (D) I – por motivo de doença em pessoa da família; II – para o serviço militar; III – para atividade política; e IV – para desempenho de mandato classista.
  - (E) I – por motivo de doença em pessoa da família; II – para o serviço militar; III – para atividade política; IV – para capacitação.

- 14 Além de recusar fé a documentos públicos e opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço, conforme determina a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, existem outras proibições, tais como
- (A) I – ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; II – retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; III – promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição; IV – cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado; V – coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiareem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político; VI – manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; VII – guardar sigilo sobre assunto da repartição.
- (B) I – ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; II – retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; III – promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição; IV – cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado; V – coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiareem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político; VI – manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; VII – valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública, dentre outros.
- (C) I – ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; II – retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; III – promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição; IV – cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado; V – coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiareem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político; VI – cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; VII – valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública, dentre outros.
- (D) I – ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; II – retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; III – promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição; IV – cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado; V – representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder; VI – manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; VII – valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública, dentre outros.
- (E) I – ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; II – retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; III – promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição; IV – levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração; V – coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiareem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político; VI – manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; VII – valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública, dentre outros.

- 15 O Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. São deveres fundamentais do servidor, dentre outros:
- (A) I – usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material; II – não prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; III – não alterar e nem deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências; IV – não fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço, em benefício próprio, de parentes, de amigos ou de terceiros; exercer atividade profissional ética e não ligar o seu nome a empreendimentos de cunho duvidoso.
  - (B) I – não permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesses de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores; II – dar o seu concurso a qualquer instituição que atente contra a moral, a honestidade ou a dignidade da pessoa humana; III – pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim.
  - (C) I – o uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; II – exercer atividade profissional ética e não ligar o seu nome a empreendimentos de cunho duvidoso; III – não desviar servidor público para atendimento a interesse particular; IV – permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesses de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores; IV – deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister;
  - (D) I – ter respeito à hierarquia, porém sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Estatal; II – ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos; III – jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; IV – participar dos movimentos e estudos que se relacionem com a melhoria do exercício de suas funções, tendo por escopo a realização do bem comum; V – divulgar e informar a todos os integrantes da sua classe sobre a existência deste Código de Ética, estimulando o seu integral cumprimento.
  - (E) I – deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister; II – ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão; III – desviar servidor público para atendimento a interesse particular; IV – iludir e tentar iludir qualquer pessoa que necessite do atendimento em serviços públicos; V – retirar da repartição pública, sem estar legalmente autorizado, qualquer documento, livro ou bem pertencente ao patrimônio público; VI – alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências.
- 16 Estabelece o Decreto nº 5.825, de 29 de junho de 2006, as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Conforme esse Decreto, a aplicação do processo de avaliação de desempenho deverá ocorrer, no mínimo,
- (A) uma vez a cada quatro anos, ou em etapas necessárias a compor a avaliação quadrienal, de forma a atender à dinâmica de funcionamento da IFE.
  - (B) uma vez a cada três anos, ou em etapas necessárias a compor a avaliação trianual, de forma a atender à dinâmica de funcionamento da IFE.
  - (C) uma vez a cada quatro meses, ou em etapas necessárias a compor a avaliação quadrimestral, de forma a atender à dinâmica de funcionamento da IFE.
  - (D) uma vez a cada três meses, ou em etapas necessárias a compor a avaliação trimestral, de forma a atender à dinâmica de funcionamento da IFE.
  - (E) uma vez por ano, ou em etapas necessárias a compor a avaliação anual, de forma a atender à dinâmica de funcionamento da IFE.

- 17 Instituída pelo Decreto nº 5.707/2006, a Política de desenvolvimento de Pessoal a ser implementada pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional tem por finalidades
- (A) I – melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; II – adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; III – divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e IV – racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.
  - (B) I – melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; II – desenvolvimento permanente do servidor público; III – adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; e IV – racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.
  - (C) I – melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; II – desenvolvimento permanente do servidor público; III – adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; e IV – divulgação e gerenciamento das ações de capacitação.
  - (D) I – melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; II – desenvolvimento permanente do servidor público; III – adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; IV – divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e V – racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.
  - (E) I – desenvolvimento permanente do servidor público; II – adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; III – divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e IV – racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.
- 18 A Lei nº 11.091/2005 dispõe sobre a estruturação do plano de carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Segundo essa lei, são atribuições gerais dos cargos que integram o Plano de Carreira, sem prejuízo das atribuições específicas e observados os requisitos de qualificação e competências definidos nas respectivas especificações:
- (A) I – planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio de Professor e Técnico-Administrativo ao ensino; II – planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades Técnico-Administrativas inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino; III – executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Federais de Ensino.
  - (B) I – planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes, ao apoio Técnico-Administrativo ao ensino; II – planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades Técnico-Administrativas inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino; III – executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Federais de Ensino.
  - (C) I – planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes, ao apoio Técnico-Administrativo e Professor voluntário ao ensino; II – planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades Técnico-Administrativas inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino; III – executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Federais de Ensino.
  - (D) I – planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio Técnico-Administrativo e ao Professor do quadro efetivo ao ensino; II – planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades Técnico-Administrativas inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino; III – executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Federais de Ensino.
  - (E) I – planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio ao Professor que também desenvolve cargo de Técnico-Administrativo ao ensino; II – planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades Técnico-Administrativas inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino; III – executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Federais de Ensino.

- 19 Em conformidade com a Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, além da cassação de aposentadoria ou disponibilidade, existem outras penalidades disciplinares. Assinale a alternativa correta:
- (A) I – advertência; II – suspensão; III – demissão; IV – destituição de cargo em comissão; e V – destituição de função comissionada.
- (B) I – advertência; II – suspensão; III – demissão; e IV – destituição de cargo em comissão.
- (C) I – destituição de cargo em comissão; e II – destituição de função comissionada.
- (D) I – advertência; II – suspensão; III – demissão; e IV – destituição de função comissionada.
- (E) I – advertência; II – suspensão; III – demissão; e IV – destituição de cargo em comissão.
- 20 O Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, Regulamenta dispositivos da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, institui o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF como instrumento suficiente e substitutivo para a apresentação de dados do cidadão no exercício de obrigações e direitos e na obtenção de benefícios ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário. (Redação dada pelo Decreto nº 9.723, de 2019). De acordo com esse Decreto, os órgãos e as entidades do Poder Executivo federal observarão as seguintes práticas no atendimento aos usuários dos serviços públicos:
- (A) I – padronização de procedimentos referentes à utilização de formulários, guias e outros documentos; e II – vedação de recusa de recebimento de requerimentos pelos serviços de protocolo, exceto quando o órgão ou a entidade for manifestamente incompetente, exclusivamente.
- (B) I – gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania, nos termos da Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996; e II – padronização de procedimentos referentes à utilização de formulários, guias e outros documentos, somente.
- (C) I – não obrigatoriamente promover a gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania, nos termos da Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996; II – padronização de procedimentos referentes à utilização de formulários, guias e outros documentos; e III – vedação de recusa de recebimento de requerimentos pelos serviços de protocolo, exceto quando o órgão ou a entidade for manifestamente incompetente.
- (D) I – não necessariamente promover a gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania, nos termos da Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996; II – padronização de procedimentos referentes à utilização de formulários, guias e outros documentos; e III – vedação de recusa de recebimento de requerimentos pelos serviços de protocolo, exceto quando o órgão ou a entidade for manifestamente incompetente.
- (E) I – gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania, nos termos da Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996; II – padronização de procedimentos referentes à utilização de formulários, guias e outros documentos; e III – vedação de recusa de recebimento de requerimentos pelos serviços de protocolo, exceto quando o órgão ou a entidade for manifestamente incompetente.

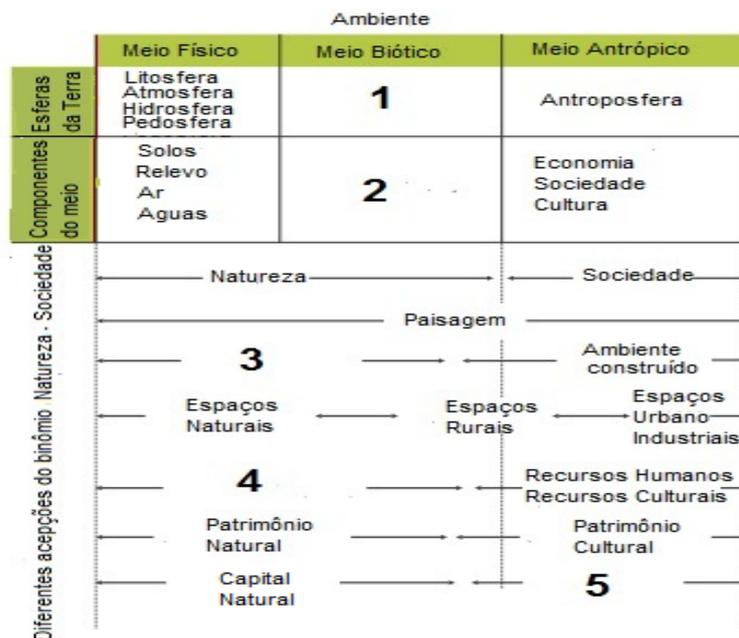
## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 21 A metodologia de Avaliação de Impactos Ambientais (AIA) utiliza métodos e técnicas estruturadas para coletar, analisar, comparar e organizar informações e dados sobre impactos ambientais. Um determinado método de AIA se refere a uma listagem de controle bidimensional que relaciona os fatores com as ações; é muito eficiente na identificação de impactos diretos; permite uma fácil compreensão do público em geral; aborda fatores sociais; acomoda dados qualitativos e quantitativos; fornece boa orientação para a realização de estudos e introduz a multidisciplinaridade.

As características descritas referem-se ao método de AIA denominado

- (A) Check-list.
- (B) Matrizes de Interação.
- (C) Redes de Interação.
- (D) Metodologias espontâneas.
- (E) Modelos de Simulação.

- 22 Analise o quadro a seguir, referente à abrangência do conceito de ambiente e termos correlatos usados em diferentes disciplinas utilizadas no estudo de gestão ambiental.



Considerando os diversos componentes que compõem o quadro, identifique a alternativa que apresenta corretamente os componentes representados pelos números 1 a 5.

- (A) 1- Fauna; 3- Ambiente Natural; 5- Capital Econômico.  
 (B) 1- Ecossistemas; 2- Biosfera; 3- Flora.  
 (C) 1- Biosfera; 3- Ambiente Natural; 4- Recursos Naturais.  
 (D) 2-Flora; 4- Recursos logísticos; 5-. Capital Humano.  
 (E) 3-Recursos Naturais; 4- Recursos Ambientais; 5- Instituições Públicas.
- 23 Observe o quadro a seguir, que apresenta valores de Temperatura Crítica Inferior (TCI), Temperatura Crítica Superior (TCS) e de temperatura na Zona de Conforto Térmico (ZCT) referentes à Zona de Sobrevivência de alguns animais.

ANIMAL	TCI (°C)	ZCT (°C)	TCS (°C)
Bovino jovem	10	18 a 21	26
Bovino Europeu	- 10	- 1 a 16	27
Ovelha	- 20	15 a 30	35
Galinha jovem	34	35	39
Galinha adulta	15	18 a 28	32
Suíno 0 a 2 dias	20	32 a 35	38
Suíno Terminação	5	15 a 18	27

Com base nos dados do quadro, é correto afirmar que

- (A) a Ovelha apresenta a maior zona de sobrevivência.  
 (B) a maior Zona de Homeotermia é a do Bovino Europeu.  
 (C) o Suíno na fase de Terminação entra em estresse por frio com temperaturas menores do que 15°C.  
 (D) a partir de 39°C ocorre a morte por calor de uma galinha jovem.  
 (E) o estresse pelo frio do Bovino jovem ocorrerá com temperaturas inferiores a 10°C.

- 24 Um galpão medindo 8m de largura por 120m de comprimento foi representado num desenho técnico com as dimensões de 4cm X 60cm. A escala numérica utilizada para a redução das dimensões foi de
- (A) 1:20
  - (B) 1:50
  - (C) 1:100
  - (D) 1:200
  - (E) 1:500
- 25 Uma agroindústria necessita construir um galpão para produção de 10.000 aves de corte, com uma densidade de 12 aves/m<sup>2</sup>. Considerando que a largura do galpão é de 8 m, então o comprimento do galpão a ser construído será
- (A) entre 30 m e 50 m
  - (B) entre 51 m e 70 m
  - (C) entre 71 m e 90 m
  - (D) entre 91 m e 110 m
  - (E) maior do que 110 m
- 26 Na representação dos projetos de edificações são utilizados desenhos como: plantas, cortes, fachadas, entre outros. A esse respeito, é correto afirmar:
- (A) As fachadas são elementos gráficos de caráter visual constituídas por vistas ortográficas frontais cujas cotas são obrigatórias, e a escala não precisa ser a mesma dos cortes e plantas baixas.
  - (B) A Planta de Localização ou Locação tem por finalidade situar o terreno (imóvel) onde a edificação será construída em relação ao entorno desse terreno, que compõe a quadra contendo os elementos Contorno do terreno; Contorno do quarteirão principal (no qual está inserido o terreno) e Trechos dos quarteirões adjacentes.
  - (C) Os Cortes são elaborados na mesma escala da planta baixa e são os melhores elementos a serem utilizados em desenho técnico para representar as variações de níveis e a complexidade interna e da cobertura da edificação.
  - (D) Planta baixa do pavimento tipo refere-se à planta baixa utilizada para construções que apresentem um único pavimento.
  - (E) Quando a construção apresentar vários pavimentos, visando à adequação à norma NB -140, utiliza-se a terminologia ANDAR, seguida do número do piso, para designar a planta baixa.
- 27 As características físicas do solo - textura, estrutura e porosidade - determinam sua capacidade de absorção da água, proveniente da chuva ou da irrigação. Tais conhecimentos são importantes no planejamento e manejo de qualquer sistema de irrigação. Em relação a esse tema, é correto afirmar:
- (A) Água capilar ou água de capilaridade é aquela que permanece fortemente retida nas superfícies das partículas do solo pelas forças de adesão e coesão, em uma quantidade muito pequena, não disponível, pois as raízes das plantas não conseguem extraí-la.
  - (B) Os solos onde predominam os microporos retêm maior quantidade de água do que os de textura mais grossa, onde predominam os macroporos; conseqüentemente, os solos arenosos retêm maior quantidade de água do que os argilosos.
  - (C) Uma peculiaridade importante relativa à textura dos solos está relacionada com a nutrição da cultura, já que a fração mais fina do solo influencia de maneira significativa a disponibilidade de nutrientes para as plantas.
  - (D) Os solos argilosos são também chamados de solos pesados; e os solos arenosos, de solos leves, estando estas denominações relacionadas às densidades desses solos, uma vez que a densidade dos argilosos é maior do que a dos arenosos.
  - (E) São exemplos de água de uso não consultivo: evapotranspiração das culturas, evaporação da água dos aspersores, evaporação de reservatório, vazamento em tubulações e água para lixiviação de sais no perfil do solo.

- 28 Sabendo-se que a Velocidade é a relação entre a vazão do fluido escoado e a área de seção por onde escoar, então a velocidade da água que escoar em um duto de 30 mm com a vazão de 3 litros/s será entre
- (A) 1m/s e 3m/s
  - (B) 3m/s e 5m/s
  - (C) 5m/s e 7m/s
  - (D) 7m/s e 9m/s
  - (E) 9m/s e 11m/s

- 29 De acordo com o Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (SiBCS), no que se refere à nomenclatura das Classes de solos no primeiro nível categórico (ordem), os nomes são formados pela associação de um elemento formativo com a terminação **ssolos**. Com base nessa informação, analise, no quadro abaixo, a relação entre os nomes das classes e os termos de conotação relativos às características dos solos e identifique a alternativa correta.

	<b>Classes</b>	<b>Termos de conotação/características</b>
(A)	GLEISSOLO	solos desenvolvidos em planícies ou depressões com encharcamento estacional
(B)	CHERNOSSOLO	solos ricos em matéria orgânica com coloração escura
(C)	ESPODOSSOLO	solos com horizonte de acumulação aluvial de matéria orgânica associada à presença de alumínio
(D)	ARGISSOLO	solos com materiais argilosos coloridos que endurecem quando expostos ao ar
(E)	NEOSSOLO	solos em formação (transformação) com horizonte B incipiente

- 30 A água destinada ao consumo humano deve preencher condições mínimas para que possa ser considerada potável. As características da água bruta definem a tecnologia mais adequada para seu tratamento. A alternativa que apresenta a sequência correta das etapas de um determinado sistema de tratamento em uma Estação de tratamento de água é
- (A) 1. coagulação; 2. desinfecção; 3. decantação; 4. fluoretação.
  - (B) 1. flotação; 2. floculação; 3. filtração; 4. desinfecção.
  - (C) 1. floculação; 2. decantação; 3. filtração; 4. desinfecção.
  - (D) 1. coagulação; 2. desinfecção; 3. filtração; 4. flotação.
  - (E) 1. decantação; 2. floculação; 3. filtração; 4. fluoretação.

31 Fazem parte de um sistema municipal de saneamento Básico os sistemas de Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Resíduos Sólidos e Drenagem Pluvial e Controle de Inundações. Com referência a esses sistemas, analise os itens a seguir.

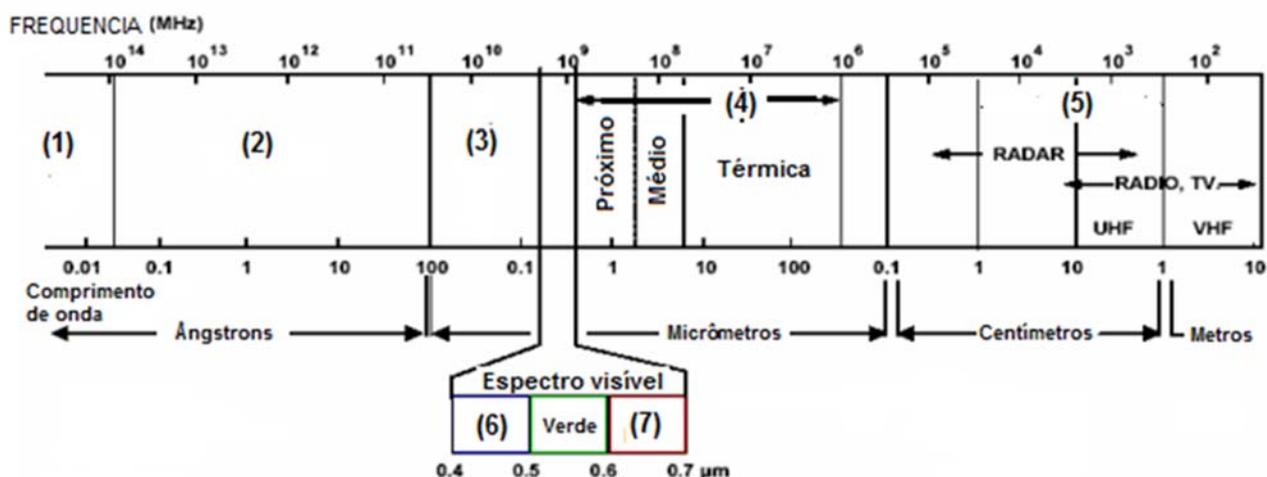
- I Um sistema de tratamento de esgoto envolve pelo menos três tipos de tratamento: o preliminar/primário, cujo objetivo é a remoção e a digestão de sólidos retidos; o secundário, que objetiva a remoção da matéria orgânica, e o terciário, cujo objetivo é a desinfecção do efluente. As alternativas tecnológicas relacionadas a essas etapas são respectivamente, 1) uso de filtros percoladores, 2) uso de dióxido de cloro e 3) lodo ativado.
- II Dentre os métodos que utilizam o solo como tratamento e/ou disposição final de esgotos, a irrigação com águas residuárias é o que requer a maior área superficial, mas apresenta o maior aproveitamento produtivo dos resíduos.
- III A caracterização dos resíduos sólidos de uma região, de acordo com o IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal) compreende um conjunto de informações sobre as características físicas, físico-químicas e biológicas, sendo exemplos das primeiras a composição gravimétrica o teor de umidade, a composição de sólidos fixos voláteis e o poder calorífico.
- IV De acordo com a resolução do CONAMA nº 275/2001, o código de cores para os diferentes tipos de resíduos na coleta seletiva são: Azul (papel/papelão); Vermelho (plástico); Verde (vidro); Amarelo (metal); Preto (madeira); Laranja (perigosos); Branco (ambulatoriais e de serviços de saúde); Roxo (radioativos); Marrom (orgânicos); Cinza (geral não reciclável ou misturado, ou contaminado não passível de separação).

Estão corretos os itens

- (A) I e II, somente.
- (B) I e III, somente.
- (C) II e III, somente.
- (D) II e IV, somente.
- (E) III e IV, somente.

32 Sensoriamento remoto é o conjunto de técnicas que possibilita a obtenção de informações sobre alvos na superfície terrestre (objetos, áreas, fenômenos), através do registro da interação da radiação eletromagnética com a superfície, realizado por instrumentos denominados de sensores, sem que haja contato direto com o alvo investigado. Os sensores remotos captam a radiação eletromagnética refletida ou emitida pelo objeto convertendo-a em sinal elétrico passível de registro e posterior interpretação.

A figura a seguir apresenta o Espectro Eletromagnético.



A correspondência correta entre os números da figura e os espectros, de acordo com os comprimentos de ondas, é

- (A) Raios Gama (2); Infravermelho (3); Azul (7).
- (B) Raios X (1); Ultravioleta (2); Infravermelho (3).
- (C) Infra vermelho; (1); Micro-ondas; (3); Raios Gama (5).
- (D) Raios Gama (1); Micro-ondas (2); Laranja (6).
- (E) Raios X (2); Ultravioleta (3); Micro-ondas (5).

33 Existem, basicamente, quatro métodos de irrigação: por aspersão, por microirrigação ou irrigação localizada, por superfície e subterrânea. Deve-se selecionar o sistema de irrigação mais adequado a cada condição em particular, considerando-se os interesses envolvidos. O processo de seleção deve ser baseado em uma criteriosa análise das condições presentes, em função das exigências de cada sistema de irrigação. Sobre esse tema, analise os itens a seguir.

- I Sistemas por aspersão permitem a aplicação de fertilizantes e tratamentos fitossanitários.
- II Sistemas por aspersão dificultam o desenvolvimento de algumas doenças e apresentam maiores gastos de mão de obra.
- III Sistemas por aspersão permitem um bom controle da lâmina de água a ser aplicada.
- IV Sistemas de irrigação localizada apresentam maior economia e eficiência de aplicação de água.
- V Sistemas por gotejamento resultam em maior evaporação na superfície do solo do que por aspersão.
- VI Em solos arenosos e na irrigação de cultivos arbóreos, a utilização de gotejadores é, em geral, mais vantajosa que a de microaspersores.

Estão corretos os itens

- (A) I, III e IV, somente.
- (B) I, V e VI, somente.
- (C) II, III e IV, somente.
- (D) II, V e VI, somente.
- (E) III, IV e V, somente.

34 Considere três situações hipotéticas que requeiram emissão de outorgas de direito de uso de recursos hídricos:

- (I) um rio localizado num determinado Estado, cuja nascente ocorre noutro Estado, a menos de 1 Km da fronteira;
- (II) um rio que nasce e tem seu percurso inteiramente localizado em um determinado município; e
- (III) um aquífero a ser explorado por uma empresa de água mineral.

Identifique a seguir, a alternativa correta quanto à competência da emissão das outorgas nos casos citados, entre a Agência Nacional de Águas (ANA), a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA)

- (A) (I) SEMAS; (II) SEMMA; (III) ANA.
- (B) (I) ANA; (II) SEMMA; (III) SEMAS.
- (C) (I) SEMAS; (II) SEMAS; (III) ANA.
- (D) (I) ANA; (II) SEMAS; (III) SEMAS.
- (E) (I) ANA; (II) SEMAS; (III) ANA.

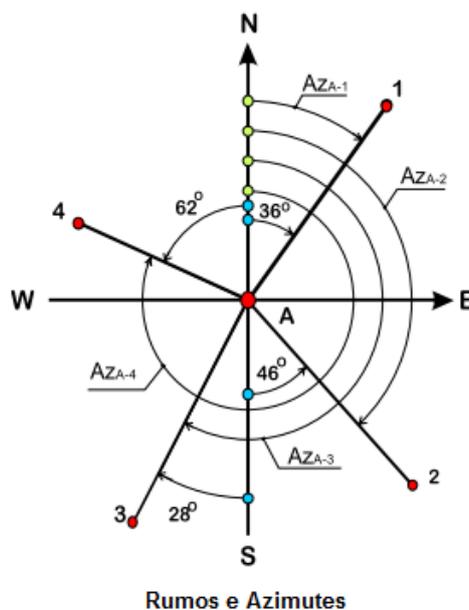
35 As geotecnologias são o conjunto de tecnologias para coleta, processamento, análise e oferta de informação com referência geográfica, destacando-se os sistemas de informação geográfica, a cartografia digital, o sensoriamento remoto e a topografia georreferenciada, que podem ser usadas em diversas áreas como Gestão Municipal, Meio Ambiente, Agronegócios e Serviços Públicos de saneamento, energia elétrica, telecomunicações entre outros. Sobre esse tema, é correto afirmar:

- (A) A resolução espacial é definida pela distância do sistema sensor ao “enxergar” objetos na superfície terrestre, sendo que, quanto menor a distância do objeto a ser visto, maior a resolução espacial.
- (B) A resolução espectral é definida como a menor diferença de brilho que um sistema sensor é capaz de perceber. Ela determina se o alvo pode ser visto na imagem, em função de seu contraste com os alvos vizinhos.
- (C) A Tonalidade é um elemento da interpretação visual de imagens que se refere ao brilho ou nível de cinza, sendo que, quanto maior a refletância, maior o brilho e mais claro o objeto; assim, rios de águas brancas e áreas urbanas são alvos que aparecem em tons mais escuros por apresentarem refletância menor do que a das áreas de florestas e de rios de águas negras nesta faixa do espectro.
- (D) A resolução radiométrica é definida como a frequência com a qual um sistema sensor é capaz de imagear um mesmo alvo. Ela determina o período mínimo a ser aguardado para um novo imageamento de determinado alvo.
- (E) No uso de geoprocessamento em estudos de bacias hidrográficas, conhecer o uso do solo e as áreas impermeabilizadas é fator essencial, visto que, com a impermeabilização das superfícies na área urbana, há uma alteração do ciclo hidrológico local, pois o volume de escoamento superficial aumenta e a evapotranspiração diminui.

- 36 Um alinhamento topográfico é um segmento de reta materializado por dois pontos nos seus extremos. Observe a figura a seguir, contendo os segmentos de reta A-1, A-2, A-3 e A-4 e seus Rumos e Azimutes.

Em relação a essa figura, é correto afirmar que o

- (A) Azimute à ré da linha A-2 é  $62^{\circ}00'$   
 (B) Azimute à vante da linha A-4 é  $298^{\circ}00'$   
 (C) Rumo à ré da linha 3-A é  $62^{\circ}00'$  NE  
 (D) Azimute à vante da linha A-4 é  $332^{\circ}00'$   
 (E) Rumo à vante da linha A-2 é  $134^{\circ}00'$  SE



- 37 A drenagem é um processo de remoção do excesso de água dos solos, de modo que lhes dê condições de aeração, estruturação e resistência. Sempre que a drenagem natural não for satisfatória, pode-se fazer, em complementação, drenagem artificial. A drenagem de solos pode apresentar benefícios e limitações. Em relação a esse tema, observe os itens a seguir.

- I A drenagem provoca alteração do regime hídrico, uma vez que contribui para o controle da vazão dos córregos, aumentando o volume drenado em períodos de seca e regulando o lençol freático em períodos chuvosos.  
 II O objetivo da drenagem é retirar o excesso de água aplicada na irrigação ou proveniente das chuvas, isto é, controlar a elevação do lençol freático, bem como possibilitar a lixiviação dos sais trazidos nas águas de irrigação, evitando a salinização.  
 III A drenagem contribui para evitar o processo de subsidência, ou seja, o rebaixamento que ocorre no solo, tornando as camadas menos espessas, quando ele se encontra saturado.  
 IV O excesso de água reduz a percentagem de ar presente no solo e com isto o oxigênio. Ocorre também a redução do processo de nitrificação e da fixação de nitrogênio por bactérias, pois a água expulsa o ar que contém nitrogênio.

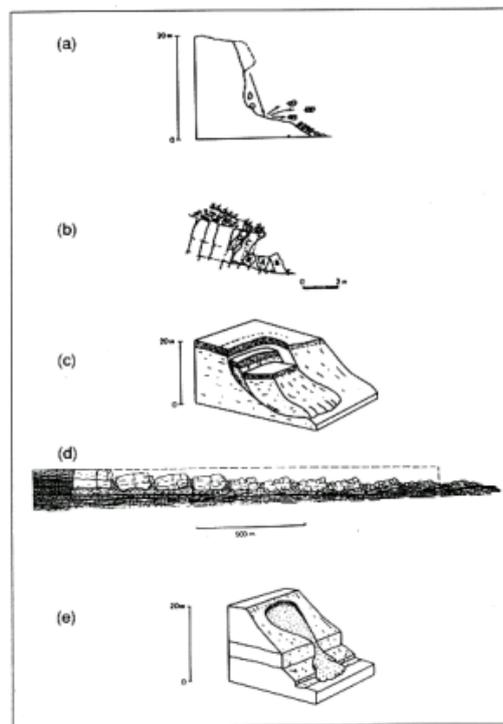
Estão corretos os itens

- (A) I e II, somente.  
 (B) I e III, somente.  
 (C) II e III, somente.  
 (D) II e IV, somente.  
 (E) III e IV, somente.
- 38 Uma bacia hidrográfica compreende toda a área de captação natural da água da chuva que proporciona escoamento superficial para o canal principal e seus tributários. O comportamento hidrológico de uma bacia hidrográfica é função de suas características morfológicas. Em relação às bacias hidrográficas, é correto afirmar:
- (A) De acordo com o escoamento global, as bacias de drenagem são classificadas como endorreicas quando elas são subterrâneas, como nas áreas cársicas.  
 (B) Cursos d'água intermitentes são aqueles em que só há fluxo durante chuvas ou períodos chuvosos e os canais não são bem definidos.  
 (C) Fazem parte dos parâmetros geológicos que caracterizam as bacias hidrográficas os tipos de rochas, tipos de solos, tipos de sedimentos fluviais, a declividade média, a rugosidade dos canais, a dimensão e forma dos vales e a hipsometria.  
 (D) Numa bacia hidrográfica, o divisor topográfico coincide com o divisor freático, o que facilita o cálculo do deflúvio, ou seja, a produção total de água pela bacia é dividida pelas contribuições superficiais e subterrâneas.  
 (E) O fator de forma é a razão entre a área da bacia e o comprimento medido do eixo da foz ao ponto extremo mais longínquo. Assim, para duas bacias de mesma área, quanto maior o fator de forma, maior a chance de sofrer inundações.

39 Cada vez mais, o estudo dos processos de instabilização de taludes de suas formas de contenção torna-se necessário, devido a desastrosas consequências que os escorregamentos acarretam, a exemplo dos acontecimentos recentes ocorridos em barragens da Vale em Minas Gerais e encostas de morros no Rio de Janeiro.

Analisar a figura ao lado, que apresenta os cinco grandes grupos de escorregamentos que ocorrem em taludes. A alternativa que apresenta a sequência contendo os nomes corretos dos deslizamentos mostrados na figura é

- (A) a) Desprendimento (topples); b) Quedas ou desprendimentos (falls); e) Espalhamento (Spread).  
 (B) a) Quedas ou desprendimentos (falls) ; c) Espalhamento (Spread); e) Escorregamento (slide).  
 (C) b) Escorregamento (slide); d) Quedas ou desprendimentos (falls); e) Corridas de lama (mood flow).  
 (D) b) Desprendimento (topples); c) Escorregamento (slide); d) Espalhamento (Spread).  
 (E) c) Escorregamento (slide); d) Desprendimento (topples); e) Corridas de lama (mood flow).



Tipos de escorregamentos

40 Os resíduos sólidos podem ser classificados quanto à estrutura e composição química (orgânicos e inorgânicos); quanto ao seu aproveitamento para transformação (recicláveis e não recicláveis); quanto aos riscos potenciais ao meio ambiente (Classe I, Classe IIA e Classe IIB); e quanto à origem (diversas). Assim, os resíduos podem ser enquadrados em mais de uma dessas classificações. A esse respeito, observe, no quadro a seguir, o enquadramento dos resíduos conforme sua classificação e identifique a alternativa correta.

	ORGÂNICOS	INORGÂNICOS	REICLÁVEIS	NÃO REICLÁVEIS	CLASSE IIA	CLASSE IIB
(A)	cinzas	metais	papel metalizado	restos de alimentos	papel	entulhos
(B)	óleos alimentares	vidro	papel	plásticos	polímeros	papel
(C)	madeiras	fibras sintéticas	vidro	papel carbono	resíduos sanitários	produtos têxteis
(D)	papel carbono	papel metalizado	folhagens	papelão	produtos têxteis	alumínio
(E)	gorduras	metal	fotografias	fita crepe	lodos	óleos alimentares

- 41 Um número cada vez maior de contaminantes e poluentes está sendo detectado no ambiente, devido a novos componentes químicos que estão sendo lançados para uso na agricultura, nas indústrias e nos domicílios. A temática referente à poluição ambiental está em evidência, principalmente em função da recente política governamental de liberação de grandes quantidades de defensivos agrícolas no país. Sobre esse tema é correto afirmar.
- (A) Biomagnificação é um fenômeno que ocorre quando há acúmulo progressivo de substâncias de um nível trófico para outro, ao longo da cadeia alimentar; assim, os predadores de topo têm maiores concentrações dessas substâncias do que suas presas.
  - (B) Um dos fenômenos resultantes da poluição atmosférica é o chamado efeito estufa, que se refere ao aumento do aquecimento global resultante do acúmulo de gases provenientes das atividades industriais, principalmente o CFC e o metano.
  - (C) A poluição hídrica é a poluição das águas em consequência das atividades antrópicas nas áreas industrial, agrícola e doméstica, que resultam em lançamento de efluentes sem tratamento prévio, tornando-as impróprias para o consumo humano.
  - (D) A acidificação refere-se à redução do pH de ecossistemas aquáticos que pode ser provocada de forma difusa ou localizada, sendo esta última um fenômeno típico de atividades industriais, especialmente a sota-vento de usinas que emitem grandes quantidades de nitrogênio e dióxido de enxofre na atmosfera.
  - (E) A poluição de cursos d'água provocada por excesso de nutrientes como o nitrogênio e o fósforo é indicador de que essa poluição é proveniente do escoamento da agricultura, devido aos defensivos e fertilizantes agrícolas.
- 42 Gestão e gerenciamento de resíduos sólidos são termos hoje bastante empregados e referem-se ao conjunto de ações adotadas para o manejo ambientalmente saudável dos resíduos. Considerando as crescentes limitações para a disposição dos resíduos, a gestão dos resíduos sólidos busca adotar estratégias com base na minimização dos resíduos e na recuperação energética, sempre que possível. Sobre esse tema, é correto afirmar:
- (A) A incineração é um tratamento endotérmico para recuperação energética de resíduos, por ação do calor, na ausência de oxigênio.
  - (B) Nos reatores anaeróbios, tem-se a produção de biogás, quando alimentados com resíduos orgânicos, o que não é possível nos aterros sanitários.
  - (C) Na vermicompostagem, não há recuperação energética e os resíduos precisam passar por uma prévia compostagem.
  - (D) O aterro sanitário é, também, uma forma de tratamento da matéria orgânica presente nos resíduos sólidos, uma vez que a degrada completamente.
  - (E) A reutilização é o processo através do qual os resíduos retornam ao sistema produtivo como matéria-prima.
- 43 O solo é um sistema dinâmico e complexo. Constitui o substrato que abriga diversas formas de vida, ocasionadas por um processo gradual de evolução que acompanha as transformações geoambientais. Os solos são formados pela decomposição das rochas que são arranjos de minerais de tipos semelhantes ou diferentes e são divididas em: ígneas (magmáticas), sedimentares e metamórficas. São rochas magmáticas, metamórficas e sedimentares, respectivamente,
- (A) Argilitos, Xistos, Granitos.
  - (B) Quartzitos, Basaltos, Arenitos.
  - (C) Gnaisses, Calcários, Argilitos.
  - (D) Granitos, Basaltos, Xistos.
  - (E) Diabásios, Gnaisses, Calcários.

- 44 O desenvolvimento sustentável tem como premissas atender às necessidades das gerações atuais, sem comprometer a capacidade de as futuras gerações terem as suas próprias necessidades atendidas. Entretanto, a crescente utilização dos recursos naturais, a superpopulação mundial e a poluição industrial desencadearam impactos negativos no meio ambiente, o que vem comprometendo o desenvolvimento sustentável. Sobre o processo histórico de construção da proposta de Desenvolvimento Sustentável, é correto afirmar:
- (A) O conceito de ecodesenvolvimento surgiu em 1972, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo.
  - (B) A Declaração de Cocoyoc, no México, em 1973, refere-se à popularização das teses sobre os Limites do Crescimento.
  - (C) Em Kyoto, no Japão, em 1995, foi negociado um Protocolo que só foi assinado dois anos depois, o qual representa um tratado internacional ambiental que fixa metas específicas visando à estabilização do clima do planeta.
  - (D) O relatório da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento - CMMAD popularizou o termo Desenvolvimento Sustentável, apresentando um viés neomalthusiano em suas análises.
  - (E) O texto final da Rio+20, intitulado O Futuro que Queremos, atendendo às críticas formuladas nas conferências anteriores, determinou metas de desenvolvimento sustentável em diferentes áreas.
- 45 Um dos grandes desafios da produção zootécnica está relacionado à exploração do máximo potencial genético do animal, tanto no aspecto produtivo quanto no reprodutivo. Fatores ambientais externos e o microclima dentro das instalações exercem efeitos diretos e indiretos sobre a produção animal em todas as fases de produção. A respeito das instalações zootécnicas, é correto afirmar:
- (A) Nas instalações em que a maior preocupação deve ser com o calor, o sentido Norte-Sul possibilita temperatura do solo e do ambiente menores, assim são bastante indicadas para o verão, sendo recomendadas para aves, suínos e gado (bovino) adultos.
  - (B) O bom material para cobertura deve apresentar alta refletividade solar associada à baixa emissividade térmica e absorvidade.
  - (C) O lanternim é um pequeno telhado sobreposto às cumeeiras que tem a função de promover a entrada, através dele, do ar frio para dentro das instalações durante os períodos de calor.
  - (D) Em bovinocultura, na construção das cercas, deve-se dar preferência ao uso de arame farpado, evitando assim que o animal venha a forçar e arrebentar o cercado para fugir do confinamento.
  - (E) Quanto à inclinação dos telhados em galpões avícolas, as telhas de barro exigem menores inclinações que as de fibrocimento e as de alumínio, uma vez que retêm menores quantidades de água das chuvas.